

DIURNA.

a ousadia de escrever

NOV 2020

Nº 1

EDIÇÃO
NOVEMBRO 2020

NÚMERO 1

EDIÇÃO ESPECIAL

AS DECISÕES QUE MARCARAM O ÚLTIMO ANO
JUDICIAL NO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O LENOCÍNIO

D.



4 INTERVENÇÃO DO DIRETOR DA ESCOLA DE DIREITO
DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA

STAYAWAY COVID - UMA PERSPETIVA DE DIREITO E ÉTICA 5
RODRIGO ADÃO DA FONSECA | RITA LOBO XAVIER

7 AS ELEIÇÕES AMERICANAS - FIM DO “REALITY SHOW”
JOÃO PAULO COUTINHO

PERSONALIDADES EM DESTAQUE 9
PROFESSOR FRANCISCO CARVALHO GUERRA

15 A RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM O SALÁRIO MÍNIMO
FRANCISCA GUEDES DE OLIVEIRA

JUSTIÇA OU IGUALDADE NO DIREITO SUCESSÓRIO 17
MARIA CLARA SOTTOMAYOR

19 SER PESSOA É SER MAIS ALTO
MÁRCIA BRANCO

OS PREFERIDOS 20
ISABEL BRAGA DA CRUZ

21 REVIEW
CARLOTTA CAKE BOUTIQUE

D.

EDITORIAL

Ter a ousadia de escrever é — seja em que circunstância, em que moldes, e para que público, — um ato que, para ser bem sucedido, carece de humildade. O ato de escrever entre personalidades como aquelas que figuram nesta primeira edição — *Mestres e Amigos* — é, por sua vez, tanto uma responsabilidade como uma honra. Mais: sinto que, por via deste Editorial, há uma equipa, e um projeto, que merecem ser representados e enaltecidos — e sob a minha liderança, recai essa missão. Assim, aos nossos leitores, permitam-me que, nesta edição de estreia, vos apresente o *Diurna.*, deixando as tomadas de posição sobre o Mundo para o futuro.

Sabendo da multiplicidade de vozes e saberes que se ouvem pelos corredores da UCP, inerentes às curiosidades e opiniões várias que se formam, no seio de qualquer uma faculdades, o nosso grupo de alunos lançou-se ao desafio de construir de raiz o modelo de um jornal académico.

Ao longo das últimas semanas, coordenámos, construímos e editámos aquilo que hoje lêem. Ambicionamos, como poderão ver, servir de plataforma para congregar artigos de natureza científica, de opinião, de divulgação, entrevistas, curiosidades, entre outros, tendo como autores os alunos, os membros da Academia, das instituições, das Magistraturas e da sociedade civil.

Se nos concederem esse privilégio, duas vezes em cada semestre, o *Diurna.* será a vossa nova companhia. Precisamente por ser vossa, contamos com o feedback e colaboração de todos.

Nuno Brochado de Agarez

Editor in Chief

Diurna.

D.

DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA



Intervenção do Diretor da Escola de Direito

Manuel Fontaine

Dizia Aristóteles que a lei é a razão livre (ou isenta) de paixões.

Poderá dizer-se que se trata de uma visão ultrapassada, que as leis refletem um equilíbrio contingente de interesses e de valores e valem mais pela sua legitimidade democrática do que pela conformidade a um ideal filosófico.

Mas, na verdade, ninguém contesta que as leis, e o Direito em geral, devem ser resultado de ponderada reflexão. Mais ainda, que em cada norma se deve descobrir uma finalidade inteligível, para que a lei não seja um “porque sim”, mas um “sim, porque...”.

Os tempos de pandemia em que vivemos, e o(s) confinamento(s) a que nos obrigam, são momento propício para refletirmos sobre a razão das leis, ou a falta dela.

A tranquila ponderação que se recomendava na feitura das normas já há muito se perdeu e, sobretudo neste contexto, seria provavelmente mesquinho voltar a exigí-la.

Mas, por isso mesmo, é ainda e sempre fundamental que sejam dadas as razões, que sejam explicadas as intenções, que sejam apresentados os estudos, que fundamentam as soluções normativas (democraticamente) impostas. Que sejam revelados os números que se escondem por detrás das letras.

Não apenas porque, como todos os juristas sabem, a *ratio legis* é ou deve ser a bússola que guia a interpretação e aplicação das normas. Mas também porque nenhuma regra é duradouramente seguida pelos cidadãos se não for percebida a sua razão. Ou, pior ainda, se for percebida sem razão.

Pode até a razão existir. Mas a razão da lei é como a mulher de César. Não basta ser, tem de parecer (e tem de se perceber).

E de nada vale que se diga *dura lex, sed lex*, pois bem se poderá retorquir *summum ius, summa iniuria*. Quando não se percebe a razão da lei, a lei percebe-se arbitrária, prepotente, numa palavra, injusta. E é este sentimento de injustiça que mina a autoridade do legislador e, com ela, a autoridade da lei.

Pode a lei estar formalmente em vigor, mas as sementes do fim já foram lançadas na consciência de todos e de cada um.

É que, afinal, a paixão da justiça é a coveira da lei sem razão.

D.

STAYAWAY COVID

Rodrigo Adão da Fonseca

FUNDADOR E CEO DA FUTURA - LAW & TECH

Alumnus da Universidade Católica Portuguesa.

DIREITO

O dia em que a lei se apaixonou pela tecnologia. O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) é o primeiro grande diploma a tentar resolver os problemas criados pela economia digital, procurando ampliar a esfera dos direitos fundamentais a um mundo cada vez mais desmaterializado. Ambiciona restituir um maior controlo aos cidadãos sobre os seus dados pessoais, tornando mais transparente o seu uso, sem com isto prejudicar a natural afirmação das soluções digitais ou limitar o potencial da tecnologia. Se por um lado assegura uma série de direitos para o cidadão, grande parte da expressão regulatória do RGPD foca-se na construção de uma esfera de responsabilidade que passa a ter de ser assumida por parte das organizações que pretendam tratar dados pessoais. A consagração desta ampla responsabilidade é uma das faces inovadoras de uma lei que se aplica a um ecossistema onde diariamente operam milhões de agentes e se realizam infinitas operações, fazendo do RGPD um dos diplomas mais avançados na adesão à auto-regulação publicamente regulada, ao colocar grande parte da pressão regulatória nas próprias entidades que tratam os dados pessoais.

A outra face inovadora do RGPD assenta na confiança do diploma no potencial regulatório da tecnologia, no reconhecimento que sem medidas técnicas e organizativas adequadas, e sem um suporte tecnológico apropriado, a proteção de dados e a garantia dos direitos fundamentais não é viável.

É neste contexto que foi concebida a aplicação Stayaway Covid, uma solução que aproveita o potencial dos nossos telemóveis para melhor rastrear o vírus e desta forma mitigar a sua disseminação. Não é difícil imaginar que na ausência do atual quadro regulatório, a tentação dos Estados por uma solução tecnológica mais intrusiva dificilmente teria sido travada. O StayAway, desde a sua conceção, optou sempre pelas soluções menos intrusivas, dispensando a geolocalização, preferindo a guarda descentralizada de dados pseudonimizados e a sua adesão voluntária, tendo os seus promotores desenvolvido todos os esforços no sentido de a tornarem transparente para os utilizadores e para a autoridade (CNPd), preparando uma completa avaliação de impacto que sinaliza o seu risco meramente residual, e submetendo o projeto a consulta prévia. Por razões alheias à própria proteção de dados, a aplicação StayAway acabou por não cumprir adequadamente a função para a qual foi criada, tendo parcialmente sido boicotada pela dificuldade de o próprio Estado se organizar para a tornar operacionalmente eficaz e bem divulgada num quadro de adesão voluntária, e pela enorme objeção na sua adoção por cidadãos incapazes de compreender efetivamente onde verdadeiramente estão os riscos, na economia digital.

D.

A aplicação mais famosa de Portugal, sob o escrutínio do Direito e da Ética.



ÉTICA

Rita Lobo Xavier

PROFESSORA CATEDRÁTICA - UCP

Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

No portal do SNS, o slogan motivador e assertivo desliza suavemente, num convite à instalação da App STAYAWAY COVID: «Cuide de Si, Cuide de todos!».

As principais objeções levantadas a propósito da recomendação oficial da «App portuguesa» focaram natural e primordialmente os receios acerca do respeito pela privacidade dos utilizadores e da proteção dos dados recolhidos. Se fosse possível garanti-lo de forma adequada, o rastreio digital dos contactos só poderia ser benéfico, apesar de o persistente desconhecimento sobre as formas de propagação do vírus e a real ignorância dos utilizadores sobre o significado e responsabilidade associada às notificações da App apontarem para uma muito provavelmente diminuta eficácia da mesma. Sendo de pressupor o seu uso como complementar nas estratégias de controlo de transmissão da infeção -- além de um sistema de adesão voluntária, devidamente esclarecida quanto aos objetivos e deveres éticos associados, e liberdade de desinstalar -- a ponderação ética resultaria da demonstração da proporcionalidade entre os potenciais benefícios e os riscos negativos prospetivados.

A minha posição é mais radical. Parece-me questionável que, na perspetiva ética, tal App deva sequer fazer parte da estratégia sanitária de controlo do surto pandémico. Há certos aspetos que não foram sequer debatidos. A recomendação oficial da utilização da App pressuporia deveres acrescidos de proteção, por parte do Estado, e a existência de capacidade de resposta, por parte dos serviços de saúde, nomeadamente para a realização de testes de diagnóstico dos casos sinalizados como “contactos”. O seu uso generalizado poderia afastar do planeamento das intervenções sanitárias os grupos sociais onde se reconhecem diversas vulnerabilidades: acentuar-se-iam as desigualdades associadas à baixa literacia digital e à condição económica e social dos cidadãos. A opção individual por utilizar a App reforça a responsabilidade do cidadão detentor do telemóvel para a adoção de um apropriado comportamento.

No entanto, a objeção maior à recomendação da App pode traduzir-se na frase, tornada «viral», como sinónimo de contraproducente: «cria uma falsa sensação de segurança». Gera a sensação de que o utilizador estará a ser responsável e cumpridor e que, simultaneamente, poderá movimentar-se à vontade, recebendo um alerta quando tiver contactado com um infetado, tendo o direito de exigir fazer o teste quando notificado, eventualmente passando à frente dos outros em lista de espera para o realizar.

Do ponto de vista ético, a estratégia nacional de combate à transmissão do vírus deve basear-se na promoção do exercício da liberdade e na responsabilidade pessoal e comunitária traduzida num estilo de vida.

D.

AS ELEIÇÕES AMERICANAS

306

Joseph R. Biden Jr. ✓

79,601,679 votes (51.0%)

232

Donald J. Trump

73,641,712 votes (47.2%)

270

73% VOTOS

New York Times, 20.11.2020

Como se não tivessem bastado os 4 anos de Presidência “Reality Show”, Trump pretendia, após a noite de 3 de novembro, ainda mais palanque. E fê-lo da forma mais insólita possível: não só alegou que havia vencido a eleição quando (quase) tudo estava por decidir, como também lançou infundadas suspeições ao processo eleitoral, encetando uma ultrajante investida contra a democracia nos EUA, num ano em que, não obstante a pandemia da COVID 19 e as intensas divisões político-ideológicas, mais de 150 milhões de pessoas votaram. Inconformado com o destino que ele próprio havia traçado procurou, junto das instâncias judiciais, a vitória a que o povo americano obstou nas urnas. O desfecho está à vista de todos: processos rejeitados ou abandonados em alguns estados-chave (na Pennsylvania, a título de exemplo, foram rejeitadas seis ações judiciais que tentavam bloquear a contagem de aproximadamente 9000 votos; no Arizona foi a própria equipa de Donald Trump que se retratou) e perdas de peso no tocante a quem o representa legalmente (a Porter Wright Morris & Arthur e também a Jones Day, dois nomes proeminentes da litigância norte-americana, abandonaram as sempiternas contendas de Donald Trump).

E, conquanto Trump esteja de saída e Biden apareça agora como apaziguador nacional, seria pura ilusão argumentar que irá ter uma tarefa simples em mãos. Será chamado a dirimir uma miríade de conflitos, tendo de fazer concessões quer à direita (mormente ao Partido Republicano) quer à esquerda. Assim sendo, será desde logo convocado a aprender a intrincada arte de governar com um Congresso parcialmente dominado pelo partido oposto (fado que assistiu, entre outros, a Ronald Reagan e George H. W. Bush), pelo que aceitar algumas das ideias da oposição Republicana e avançar com projetos verdadeiramente aglutinadores será mandatário (veja-se o Americans With Disabilities Act de 1990) para um

FIM DA PRESIDÊNCIA “REALITY SHOW”

mandato construtivo e proveitoso (o que, dado o desconforto de alguns senadores com as posições de Trump no que toca à ciência, saúde e imigração, não parece difícil). À esquerda, procura-se que Biden dê um novo impulso ao combate às alterações climáticas (que entrou seriamente em declínio aquando da saída dos EUA do Acordo de Paris), sendo desejável que a atual correlação de forças no Senado permita, ainda que na medida do possível, uma alteração do modus operandi norte-americano nesta matéria. Seria improprio olvidar a luta contra o racismo sistémico que continua a assolar os EUA, devendo tal questão ser uma das prioridades de Joe Biden (este acaba por estar sujeito a um maior escrutínio em virtude de, em 1994, ter votado a favor de uma proposta que levou ao encarceramento de milhares de Americanos nativos e que espoletou desigualdades raciais tremendas). Não esquecer, também, aquele que é o tema do momento: o combate à pandemia e às suas repercussões na economia. Se, por um lado, a gestão de Trump tem sido absolutamente desastrosa (especialmente em virtude de uma coordenação federal inexistente e do favorecimento de um preocupante obscurantismo), por outro, Biden já aventou que pretende aumentar os apoios aos mais afetados pela pandemia e incrementar igualmente a assistência aos desempregados (tendo em conta que foram alvo de uma redução substancial pela Administração Trump).

Dito isto, há uma questão que se impõe: estará Joe Biden, homem centrista e que procura constantemente o diálogo, apto a liderar os EUA e a fazer dessa nação um propulsor do desenvolvimento, da paz e do consenso? Só os próximos 4 anos o dirão.

[E]stará Joe Biden, homem centrista e que procura constantemente o diálogo, apto a liderar os EUA (...)?



JOÃO PAULO COUTINHO

ALUNO DE 3º ANO DA LICENCIATURA EM DIREITO - UCP

Co-Fundador e Editor do **DIURNA**.

D.

*Personalidade
em Destaque*

**PROFESSOR
CARVALHO GUERRA**

D.

Francisco Carvalho Guerra, figura mais do que acarinhada na Católica Porto, é, atualmente, o nosso Provedor do Estudante.

Antes de chegar até aqui, foi um dos obreiros desta Casa, que compara a uma família, e serviu como Presidente do Centro Regional do Porto, que entretanto já lhe prestou várias honras merecidas.

É da sua boca que ouvimos a história que preenche a 1ª Entrevista do Diurna.

Entrevistar alguém como o Professor Carvalho Guerra, o titã — pela postura de um homem mais alto do que qualquer um de nós, e pela mística de uma figura que acompanhou sempre a nossa história na Católica do Porto — é, por um lado, um magnânimo privilégio e, por outro, uma responsabilidade que, só de perto, se equipara à ambição de lançar um projeto como este, em que o ex-Presidente do Centro Regional do Porto estreia as *Personalidades em Destaque*.

Ao homem de uma prestabilidade e disponibilidade, que nos recorda um avô cheio de histórias para contar, queríamos dar todo o espaço para que se espraiasse. Ao mesmo tempo, cientes de que esta entrevista nunca poderia repercutir com justiça uma Vida como a deste, decidimos balizar a nossa conversa: a Católica. A sua fundação. De onde veio. O que mudou. O que gostaria que ainda viesse a ser. O sonho tornado realidade, numa Academia que se inspirou nas melhores de todo o mundo, e que veio mudar para sempre, além da comunidade científica, em geral, a própria cidade do Porto e, por extensão, Portugal.

A História que nos conta:

Criado e educado por Jesuítas, soube, das intenções do Cardeal Patriarca de Lisboa, Manuel Cerejeira, para avançar com a criação de uma Universidade Católica, em Portugal, na década de 70, do século XX. O projeto arrancaria na capital, de certa forma, sob a batuta do “Terreiro do Paço”.

Todavia, entre atrasos e avanços postos em causa, a primeira Faculdade da Universidade Católica Portuguesa, teve um cunho bem diferente: Filosofia, em Braga. A essa inauguração, não faltou o nosso entrevistado, muito atento, e já de olhos postos naquele que seria o seu futuro e do Ensino Superior como um todo, em Portugal.

Finalmente, em Lisboa nasce a UCP, impulsionada, primeiro, pela Faculdade de Direito. Por vários intermédios e motivos, Francisco Carvalho Guerra não é um

desconhecido no país. Exerceu funções na NATO, como representante de Portugal e, como se isto não bastasse, as suas investigações foram pioneiras. Dotado de um currículo como este, é chamado para enumerar aquilo que é, ao fim ao cabo, preciso para que o projeto avance, no Porto. Não escondeu em momento algum as influências que lhe chegam da passagem por várias Academias americanas, e onde foi aluno de 5 prémios Nobel.

Aqui, no Campus da Foz, quis abrir Direito, no Porto. E porquê? Contou-nos a história de como, um dia, num almoço com um tio jurista, que já ouvira das suas intenções, lhe foi perguntado: “o que vais criar?”. A resposta foi rápida, quase que instintiva: “Direito! Salazar só contrata ministros formados em Direito.” e, desta feita, está criada a plataforma que lançaria, a partir do Porto, “homens cristãos”, juristas, para o mundo das decisões.

D.

Quando vamos ao conceito de fundo que o norteou, também não tem grandes dúvidas: tentou criar em Portugal “qualquer coisa que não fosse igual àquilo que vivi, quando vim de Lisboa para o Porto acabar o curso de farmácia”. A Universidade era “um liceu avançado a cair de podre”.

Para o Professor Carvalho Guerra, o conceito da Universidade é, mormente, um exercício de capacitação do pensar e do raciocínio. É dizer “como se resolve este problema?”, ao aluno, e potenciar a sua investigação pelas Bibliotecas, respaldando-lhe as dúvidas. Se vivêssemos num mundo onde a limitação do espaço não existia, havia lugar a toda uma nova conversa, apenas para que se descrevesse a experiência que teve com um doente diabético, ao qual teve que fazer imensas perguntas e depois... investigar. Procurar soluções. O método americano, portanto.

É no correr desta linha de raciocínio que fica claro: “no ensino superior somos obrigados a procurar respostas para problemas graves do país ou do local onde estamos!”.

Ao desenvolvimento que podia potenciar em Portugal, pelo seu sentido de compromisso para com o país, sentiu que, criando uma Universidade Católica, lhe poderia dar “outro tipo de ritmo” e fomentar o modelo de aprendizagem em que acredita, profundamente, até aos dias de hoje!

Na Católica, admite que teve sempre uma margem de manobra muito maior, por estar ao

leme. Esse fator é indiscutivelmente importante para o sucesso do sonho.

Desengane-se, contudo, quem acha que esta foi uma caminhada que fez sozinho: quando arranca a Escola de Direito, no Porto, esta ainda não existia na cidade e vai, por isso, buscar uns quantos nomes a Coimbra, grandes amigos, como Vasco da Gama Lobo Xavier, que o ladearam no processo.

“Mas mal lancei o direito percebi que fiz asneiras.” Porquê?, dissemos nós, espantados. “Aquilo de que o país mais precisava era de gestores!, para gerir o país de uma forma diferente”. Levantado o véu a esta realidade, como vice-reitor da Universidade do Porto, conseguiu contactar vários nomes da Faculdade de Economia e preparou a formação para gestores, na Católica.

Está lançada a atual CPBS.

Uns anos mais tarde, faz uma nova viagem pela América, que nunca abandona o seu discurso — é claro o amor que tem pela Escola do outro lado do Mundo —, a convite do Governo americano e, aí, em São Francisco “pregam na minha frente com um escola nova: biotecnologia”. Espantado, perguntou que ciência seria aquela. “Não é ciência nenhuma. É tecnologia. É o aproveitar das tecnologias (...) e tirar partido para tudo [a partir das ciências biológicas]”. Não nos pareceu que tivesse tido grandes hesitações quanto à ambição de transportar este conceito para Portugal, em moldes que não havia, sequer, na Europa.

D.

Junto com David Green, um amigo cuja formação era predominantemente alemã, idealizou o curso de Biotecnologia na Católica. “Andei à rasca à procura de professores, porque não havia em Portugal”. Enfim: “trouxe imensos professores de todo o mundo, que ainda hoje estão [cá]”. Foi “de longe, um sucesso extraordinário”.

Mais uma Faculdade está, assim, fundada na Católica.

Socialmente, estes primeiros anos, não foram sempre fáceis, aos olhos da opinião pública. Conta a história de como, certa vez, criticado na página principal d’ “O Comércio do Porto”, foram os alunos que o defenderam e ao seu projeto vanguardista. Aliás, alguns desses nomes ainda fazem parte da Casa, como o Professor Agostinho Guedes.

Notou-se bem a amizade que dedica a essas gerações de *alumni*, professores e funcionários que o acompanharam. “Talvez seja a característica mais importante: éramos uma família, todos a puxar para o mesmo lado, mas sem subserviência”. “Diziam-me de caras o que estava mal”.

É apoiado nessa mentalidade de gestão que surge a Psicologia, a Enfermagem e a Escola das Artes... Gestão essa que acha que foi determinante além-portas: “a partir da Católica, passou para lá o tipo de gestão que fazíamos e subdivisão de esforços para criar uma Universidade”.

O Professor Francisco, uma figura paterna para tantos, volta a salientar: “éramos uma família no trato, respeitávamo-nos, e com o mesmo à vontade que se tem em família, dizíamos o que estava bem e o que estava mal”.

Contudo, “já se perdeu um bocadinho” esta relação de proximidade, talvez pelo crescimento de um projeto que é, em números, cada vez maior. E veio mais uma história dessa familiaridade, que se o texto fosse infundável quereríamos incluir: “(...) alunos daqui que me foram defender, a minha casa, de uma tentativa de insulto que me quiseram fazer”!

“Havia uma profunda consonância, mesmo entre os professores. O Baptista Machado, uma fera do Direito (...) os alunos adoravam-no”. E foram os alunos que criaram esse ambiente “extraordinário de boa-vontade e entre-ajuda”.

“As pessoas queriam que a Católica fosse, realmente, uma coisa muito boa... e isto raramente se vê em todas as universidades públicas”.

“A UCP transmitiu um modo diferente de pertencer à cidade, sem se demonstrar superior, (...) promovendo uma discussão dos grandes problemas nacionais”. E essa é uma missão que acredita que deve ser sempre da Católica, e da Igreja, na vanguarda das discussões. Promovendo-as, incentivando-as e nunca se demitindo delas.

D.

“ SAI DAÍ QUE ME ESTÁS
A ESTRAGAR A RELVA! ”

D.

A História da Relva

Quando estávamos quase a acabar a nossa conversa, quis perguntar-lhe sobre a “história da relva”, que um certo passarinho nos havia feito saber ser muito engraçada. Sem grandes peneiras, atalhou-se caminho, porque a conversa já ia longa, e, do mais simples assunto, vieram mais uns quantos dedos de treta:

“As Universidades americanas tinham relvados que eram tratados com muito carinho”. Onde se podia lanchar, almoçar, passar algum tempo, “dar pedaços do hambúrguer aos esquilos”, descansar ao fim do dia. Quando pensou na estruturação do espaço onde está o centro regional, um antiga quinta com imensos animais e muros, quis garantir esse verde da relva, um verde que “dá esperança” e que o delicia quando “alunos e alunas estão deitados a usufruir” dela. Ou que acalenta os estudantes “no final de um dia de aulas”.

Porém, nos primórdios, enquanto o relvado não era como está hoje, os caloiros e doutores não tinham tanta sorte. Até que ela estivesse crescida e farta, ninguém a podia pisar. Caso contrário, do seu gabinete, que dava direto para o relvado, gritava “sai daí que me estás a estragar a relva”. Muitas gerações de alunos, pela altura da Queima das Fitas, brincavam imenso com essa peripécia habitual.

Fomos mais longe. A sebe que vemos junto à estrada, também não é uma mera coincidência. Tem um propósito: “fixar os gases que saem dos automóveis”, protegendo a comunidade que aqui estuda, trabalha, pensa, reflete. Aliás, ainda hoje

diz à Dra. Isabel Braga da Cruz, Presidente do CRP, “manda pôr ali uma nova sebe”! E deixou-nos o repto para que continuássemos essa luta. Aqui fica o nosso pedido, então, à presidência: vamos construir uma nova sebe.

Ao amanhã diz o seguinte:

“O que é importante é que a Faculdade crie por ela própria discussões sobre o seu futuro.” E sugere uma solução, terminando a nossa conversa, “eu acho que todos os Diretores de Escola, todos os anos, deviam ser mandados, durante 8 dias, pela Europa e América, trazendo a resposta para perguntas como: ‘o que fazer nos próximos 5 anos?’, ‘métodos de estudo e temas para os currículos?’ e ‘problemas do futuro?’”.

Ao Professor Carvalho Guerra, o Nuno e o Daniel, com quem conversou, mas também a Catarina e o João, que participaram na Edição do novo Jornal Académico de toda a Católica Porto, casa que fundou e que agora também é nossa, agradecem-lhe, com um orgulho desmedido.

“Babados pela Católica”, como o nosso Provedor do Estudante.

**Nuno Brochado de Agarez e
Daniel Madureira Fonseca**

Equipa do Diurna.

D.

A RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM O SALÁRIO MÍNIMO

Atualmente o salário mínimo Português é de 635€. Em 2021 deverá subir para 658,75€ e poderá chegar aos 750€ em 2023. Comparado com a Europa o valor é bastante baixo. Em termos líquidos (565€) estamos ligeiramente acima da Grécia (546€), claramente abaixo da Espanha (1050€) e muitíssimo abaixo da Irlanda (1574€).



FRANCISCA GUEDES DE OLIVEIRA

PROFESSORA - CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL

Professora na Católica Porto Business School, onde tutela a cadeira de Macroeconomia, a Doutora Francisca Guedes de Oliveira, além do seu papel académico ativo reúne experiência em vários outros setores. Pertence ao Quadro Não-Executivo da EDP Renováveis; coordena uma equipa de trabalho do Ministério das Finanças, associada a matérias fiscais; sendo ainda, membro do Conselho Económico e Social.

Antes de tudo isto, licenciou-se na FEP; fez o mestrado na Universidade do Porto, também, enriqueceu-se por via de uma Summer School na London School of Business and Economics; e, finalmente, doutorou-se na Nova School of Business and Economics.

D.

Este valor reflete uma economia pobre e profundamente desigual. Com uma distribuição desequilibrada entre os rendimentos do trabalho e do capital (cerca de 35%, 65% respetivamente, em 2018), com pouco mais de 50% dos agregados familiares a receberem o suficiente para pagarem IRS, e com cerca de 50% da riqueza total do país nas mãos de apenas 1% da população, a situação é claramente injusta.

O aumento do salário mínimo é um dos meios para ultrapassar esta injustiça, combater a pobreza e garantir melhores condições de vida. Adicionalmente, um aumento do salário mínimo terá sempre um impacto positivo no consumo privado e consequentemente no Produto. Mas aguentarão as nossas empresas o aumento do salário mínimo? Este aumento não diminuirá a nossa competitividade? O cenário pandémico não exige um travão no aumento para garantir a sobrevivência de algumas empresas? Vamos por partes: Temos um tecido empresarial caracterizado por micro, pequenas e médias empresas.

[A]guentarão as nossas empresas o aumento do salário mínimo?

Muitas são frágeis e em setores de atividade que pagam tradicionalmente salários baixos. Mas muitas são resistentes e competitivas. Os setores de atividade e as empresas que não resistam a um aumento de cerca de 3,7% do salário mínimo devem-se reinventar e redefinir. E se calhar a nossa excessiva dependência, enquanto economia, destes setores tem que, também ela, ser revista.

O modelo de competitividade assente em baixos salários, não é o de um país desenvolvido. Não permite um crescimento sustentável e resiliente da economia. Mais ainda, o salário mínimo não deve ser usado como instrumento de competitividade. Deve antes ser uma garantia de condição de vida digna dos trabalhadores.

A reação à pandemia exige apoios às empresas e aos trabalhadores e deve garantir que as empresas saudáveis, com modelos de negócio sustentáveis conseguem sobreviver. Mas não se pode retroceder nos valores fundamentais para suportar, artificialmente, empresas que já tinham dificuldade de sobrevivência antes da crise.

A atual situação exige prudência o que se traduz num aumento de apenas 23,75€. Mas temos que ser corajosos e admitir (citando Bagão Félix) que “As empresas que não têm capacidade para, daqui a quatro anos, pagar como salário mínimo 750 euros, é porque algumas delas são ficções de empresas, não são empresas.”

O modelo de competitividade assente em baixos salários, não é o de um país desenvolvido.

D.

UM REFLEXÃO DE
MARIA CLARA SOTTOMAYOR

HERDAMOS UMA NOVA REALIDADE

**ABANDONO AFETIVO E MAUS TRATOS
DE PESSOAS IDOSAS DEPENDENTES:**

**JUSTIÇA OU IGUALDADE NO
DIREITO SUCESSÓRIO?**

D.

MARIA CLARA SOTTOMAYOR

JUÍZA CONSELHEIRA DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, a Professora Doutora Maria Clara Sottomayor estará sempre ligada à Universidade Católica. Não só se licenciou na nossa casa como se doutorou, aqui, em Direito Civil. Entretanto, fez o mestrado em Coimbra. Muito interessada pelas questões de Direito da Família tendo, por isso, colaborado em várias lutas pelos Direitos Humanos, das Mulheres e das Crianças. Entre 2016 e 2019, foi Juíza Conselheira do Tribunal Constitucional Português.

A subida da esperança média de vida fez aumentar o número de pessoas idosas que, em virtude de doença crónica ou degenerativa, perdem autonomia e precisam de cuidados. Estes cuidados incluem a relação afetiva com os familiares, aspeto essencial para a alegria de viver e realização pessoal da pessoa dependente.

A maioria dos prestadores de cuidados são designados por cuidadores informais e são aquelas pessoas que prestam cuidados não no âmbito do exercício de uma profissão, mas em razão de uma prévia relação familiar, de amizade ou de vizinhança com a pessoa dependente. Em regra, o cuidador informal é um membro da família, filha/o da pessoa idosa. Estes cuidadores têm de conciliar a vida familiar com o trabalho profissional, podendo padecer de problemas de fadiga e depressão. Alguns despedem-se do seu emprego, ficando sem uma pensão de reforma condigna e numa situação de vulnerabilidade económica.

Nas famílias, é frequente que o cuidado dos pais dependentes onere de forma desigual os/as filhos/as. Poderá ter o direito sucessório em conta esta circunstância?

A lei sucessória permite à pessoa idosa, em condição de dependência, deserdar os filhos, ou seja, subtrair-lhes o seu direito à legítima [proporção da herança], através de testamento, em situações tipificadas na lei, que incluem a condenação por crimes contra a pessoa, bens ou honra do autor da sucessão ou recusa de alimentos. O legislador decreta a incapacidade sucessória dos condenados por homicídio do autor da sucessão, denúncia caluniosa ou falso testemunho. Contudo, esta tipificação legal revela-se desatualizada em relação à realidade, por não incluir inúmeras situações de negligência e abandono afetivo, sem relevância criminal. Será o caso dos filhos ou filhas que, sem qualquer justificação, não visitam nem comunicam com os pais. Não os deixam em situação de falta de cuidados ou de alimentos, nem em perigo de vida, porque outros filhos ou cuidadores profissionais os prestam, mas provocam nos pais o dano psíquico da falta de afeto. Nestas circunstâncias, a pessoa dependente apenas poderá privar o filho/filha da quota disponível, mas não da legítima, parte da herança que, por força da lei, pertence a cada filho/a em quotas exatamente iguais, independentemente da sua conduta em relação aos pais vulnerabilizados pela doença. Deverá o princípio da igualdade entre os filhos ser entendido numa dimensão substancial, que permita aos pais beneficiar os filhos (ou terceiros) cuidadores, retirando àqueles que o abandonam ou maltratam o direito à legítima? O repensar destas questões de direito sucessório é essencial para a relevância jurídica do afeto e da solidariedade nas relações entre as gerações.

Não é afinal o amor a razão de ser da família?

D.

SER PESSOA É SER MAIS ALTO

A ARTE-TERAPIA NA DOENÇA MENTAL

A luz da noção que nos confere o Guia Prático da Saúde de A-Z, a doença mental é uma perturbação de uma ou várias funções da mente. Dentro de um leque diferenciado de terapias, a Arte emerge como um método tão natural que parece surgir no prolongamento da nossa existência.

A arte está em tudo, vive na realidade e a sua captação depende apenas da nossa capacidade de deslumbramento. O subconsciente é uma cave profunda e repleta de socalcos que vão sendo cavados desde o momento em que o mundo nos abraça com os seus ramos disformes. Entendermo-nos na plenitude é uma tarefa impossível e, talvez por isso, vertermos a incompreensão, o grito mudo do universo que nos invade e aflige seja um exercício reparador para o espírito.

É do meu entender que uma visita guiada ao túnel da Arte, enquanto processo terapêutico para doenças do foro mental, se torna premente, de modo iluminar as potencialidades deste conluio.

Por um lado, há mais uma paleta de cores para preencher os contornos da saúde mental e, por outro, outras formas de aplicar a criatividade de modo útil, em prol do desenvolvimento humano.

Há um poema de Jorge de Sousa e Braga, presente no livro *O Poeta Nu* que diz “É tão difícil guardar um rio/ quando ele corre/ dentro de nós.” Ao ler estas palavras há duas sensações que crepitam mim: a dualidade realidade externa versus a realidade interna e a inquietação de existir em comunhão com o mundo. A nossa complexidade necessita de expressão.

A psique somos nós. A saúde está em nós. A arte está em tudo.

Márcia Branco

ALUNA DA ESCOLA DE DIREITO DO PORTO - UCP



D.

OS PREFERIDOS

ISABEL BRAGA DA CRUZ

Presidente do Centro Regional do Porto

Livro favorito? É difícil escolher um apenas, talvez o “Para sempre” do Vergílio Ferreira. Este livro remeteu-me para vivências de infância e ecoou num lugar especial de referências familiares. Houve um processo de identificação muito forte, na altura em que o li.

Filme favorito? Há vários. Neste contexto escolho o “Dead Poets Society”, pela ode ao pensamento crítico e à irreverência da juventude.

Se pudesse mudar 1 aspeto em Portugal, o que seria? Uma maior aposta da educação, que incluísse também a formação ao longo da vida e o acesso à cultura nas suas diversas vertentes.

Viagem de sonho? Ao Japão, com o meu marido, pelo fascínio pela cultura nipónica e arquitetura japonesa.

Memória? Uma subida ao Pico nos Açores com o meu pai, em modo exclusivo. Um privilégio quando se é um de cinco irmãos.

Qual a situação no seu ambiente de trabalho que mais a/o marcou? Se puder excluir o atual contexto da pandemia, escolho o elogio à Prof^ª Manuela Veloso, aquando da atribuição do grau de Doutor Honoris Causa pela UCP no dia da Universidade. Foi um momento intenso que me tocou pela dupla dimensão institucional e pessoal.

Qual o seu lema de vida? Valorizo a coerência e a honestidade - “Viver como se pensa, para não pensar como se vive”.

Qual é a primeira coisa que faz ao acordar?
Espreitar os emails e um olhar pelas notícias on-line.

Para começar bem o dia, o que não pode faltar?
Café.

Qual a primeira coisa que faz quando chega a casa? Livrar-me dos saltos altos.

Como ocupa os seus tempos livres? No contexto de ocupação permanente, a conquista de algum vago é preenchida a ler.

Prato preferido? Ameijoas à bolhão pato.



D.

CARLOTTA

CAKE BOUTIQUE



Olá, Nuno! Que tal achou a Carlotta? Não é uma tentação ter coisas tão boas do outro lado da rua?

Olá professora! Não há dieta que aguento. Mas, no geral, nem sei o que é melhor.



Creio que já ali experimentei de tudo, tanto no âmbito do brunch, a que fui diversas vezes, como enquanto convidada de um workshop especialíssimo, em que pudemos montar os nossos próprios bolos. Tenho um fraco pelos brigadeiros... especialmente quando servem de cobertura ao bolo da casa.



Dos bolos? Sou fã. Há sempre imensos. Sou daqueles clientes da casa que sabe que ainda não os experimentou a todas. Porém, Red Velvet. Aquele bolo e eu temos uma relação do "não descola".



Eu tenho essa relação com o pão de queijo, que já comi acabado de sair do forno. Seja ele simples, recheado com mais queijo (e doce e rúcula) ou com qualquer outro recheio, não consigo resistir-lhe. E adoro a seleção de chás.

Caramba. A gula é pecado! E agora eu quero ir lá. Já sei onde vamos rever os textos da 2ª Edição do Diurna.



Mensagem...

Ana Pereira de Andrade
@anapereiradeandrade



@nbrochadodeagarez
Nuno Brochado de Agarez

D.

VIDA NO CÂMPUS

DEZEMBRO

- 02 • DIÁLOGOS SOBRE A FRATELLI TUTTI
SABER + PARA SER + | “FÉ, ALEGRIA E SERVIÇO”
- 03 • CONFERÊNCIA ONLINE | “A EUROPA, BRASIL, OS ESTADOS UNIDOS E
O FUTURO DE PORTUGAL”
- 05 • SEMINÁRIOS PDHR/GRH | PSICOPATOLOGIA E O DARK SIDE NAS
ORGANIZAÇÕES
- 10 • MATERIAIS E EMBALAGENS PLÁSTICAS: NOVAS REGRAS NO ÂMBITO
DO REGULAMENTO (UE) 2020/1245
- 14 • SEMINÁRIO DE HISTÓRIA RELIGIOSA «UMA PROPOSTA DE LEITURA
DO RECOLHIMENTO/COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA»
- 17 • 40 ANOS DE SNS: CONTRIBUTO DOS ENFERMEIROS ESPECIALISTAS |
IV FÓRUM DAS ESPECIALIDADES DE ENFERMAGEM
QUINTAS COM SAÚDE - INFEÇÃO POR HPV E CARCINOMAS DA PELE
- 18 • PROVAS PÚBLICAS DE DOUTORAMENTO EM TEOLOGIA
SEMINÁRIO DA ÁREA TRANSVERSAL DE ECONOMIA SOCIAL (ATES)



OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO
PRÓPRIO DE CADA UM.

Em nome da equipa do **Diurna**. - um projeto que nasceu na primeira metade do mês de outubro - nesta 1ª Edição, gostava de deixar alguns agradecimentos especiais: antes de mais, a todos os que aceitaram escrever para um jornal cuja fundação marcam: o vosso nome trouxe credibilidade à nossa ambição; à Católica que, por meio de tantos dos seus Departamentos, nos deu todo o impulso que podíamos desejar e ao Professor Manuel Fontaine, que encorajou o lançamento deste projeto.

Numa nota mais direcionada, aos dois Mestres que, de tantas formas, nos serviram de apoio e conselho, sempre que o pedimos, sem que nunca nos deixassem perder a essência de uma publicação independente como esta: a Professora Ana Andrade e o Professor Agostinho Guedes.

A todos estes, e aos que não mencionei: obrigado.

A Equipa do **Diurna**. dedica-vos esta Edição.

NBA

D i u r n a .



jornaldiurna.com

D.

EDITOR IN CHIEF

NUNO BROCHADO DE AGAREZ

EDITORS

LÚCIA CATARINA FERREIRA

DANIEL FILIPE MADUREIRA DA FONSECA

JOÃO PAULO COUTINHO

HEAD OF DESIGN

BERNARDO SÁ CALDAS